



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP/SR/PF/PR

Assunto: **Contratação emergencial dos serviços de recepção - solicita informações**

Destino: **CPL/SELOG/SR/PF/PR**

Processo: **08385.008917/2023-91**

Interessado: **SR/PF/PR e Unidades Descentralizadas**

1. Conforme solicitado no Despacho 31252371, foram anexados ao presente processo os laudos disponíveis neste Setor de Gestão de Pessoas.
2. Informo que o Laudo Pericial do PASSAPORTE/DPF/MGA/PR, não foi encontrado e, devido à data de emissão dos outros, não é possível afirmar que exista algum laudo emitido para aquela setor, principalmente por se tratar de localização relativamente recente em comparação com os laudos emitidos para as outras delegacias.
3. Ainda, informo não existir laudo para o novo endereço da DPF/PGZ/PR.
4. Por fim, informo que permanecem inalteradas as informações apresentadas no Despacho 18886794, quanto à compatibilidade das atividades relacionadas no documento SEI 18849945, com o disposto no Decreto no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

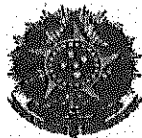
SÉRGIO D. NIEVOLA
Agente de Polícia Federal
Chefe do SGP/SR/PF/PR



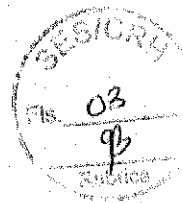
Documento assinado eletronicamente por **SERGIO DANIEL NIEVOLA, Chefe de Setor**, em 30/08/2023, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31255517&crc=245110FD.
Código verificador: **31255517** e Código CRC: **245110FD**.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**



LAUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL Nº 10 / 2012 – SES/CRH/DGP

(ADICIONAL DE PERICULOSIDADE/INSALUBRIDADE)

Laudo de Avaliação Ambiental emitido em conformidade com a mensagem SIAPE Nº 496367 e a Orientação Normativa nº 02, de 19 de fevereiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e MP nº 568 de 11/05/2012.

1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 – Órgão : **DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL.**
- 1.2 – Endereço: SAS- Quadra 06 – Lotes 9/10 – Ed. Sede da PF
- 1.3 – Código SIAPE: 20115
- 1.4 – Autoridade Competente: Dr. Diomar Rocha / Dr. Mauricio Arbach
- 1.5 – Coordenador de Recursos Humanos: Dr. Jorgeval Silva Costa,
- 1.5.1 – Telefone: (61) 2024 8000
- 1.5.2 – Endereço Eletrônico: ass.crh@dpf.gov.br

2. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL AVALIADO

- 2.1 – **SUPERINTENDÊNCIA DA POLICIA FEDERAL DO ESTADO DO PARANÁ**
- 2.2 – Rua Professora Sandalia Manzon 210 – Bairro Stª Cândida – Curitiba
- 2.2.1 – Telefone: (41) 3251 7838
- 2.3 – Horário da Avaliação: 21 ,22,23/05/2012 . Horário Comercial.


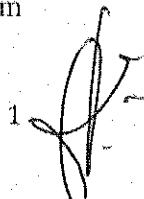
3- ASPECTOS SANITÁRIOS

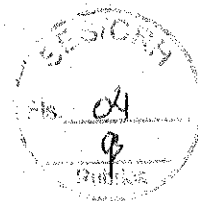
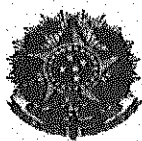
- 3.1 – Existem vasos sanitários disponíveis na proporção de 1:20? (X) Sim; () Não
- 3.2 – Existem disponibilidade de água potável num raio de 50 metros? (X) Sim () Não
- 3.3 – O local apresenta de: () Infiltração; () Mofo; () Outros (X) Não
- 3.4 – Verifica-se a presença de vetores mecânicos no ambientes como: ratos, pombos, aranhas, escorpiões, formigas, outros? () Sim (X) Não

4 – DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

4.1.- Descrição física: Edifício Sede da Polícia Federal do Estado do Paraná. Prédio próprio, construído para a finalidade do DPF, ocupado desde 2008, em uma área construída de 16.163,39 m² em um terreno próprio também de 32.051,85 m².

Encontra-se localizado no Bairro Stª Cândida, em terreno elevado cuja área posterior é um bosque nativo de +/- 14.000m², onde são realizadas pesquisas em Biologia e Botânica da flora e fauna pela UFPR.

 1 



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

O prédio é construído em 4 pavimentos (subsolo, térreo e 4 pisos), sendo que a laje do piso superior do 4º andar localiza-se o Heliporto do DPF. No subsolo temos a academia para uso dos(as) servidores(as).

Os andares superiores são alcançados através de 4 elevadores e através de escadas nas duas laterais da frente e duas posteriores. Há uma escada em caracol na frente interna do edifício

Sendo um prédio novo, foi edificado com alguns detalhes importantes, como acessibilidade de PNE's, auditório moderno, sala exclusiva para a OAB, fraldário, etc. Os cuidados com a segurança dos servidores também são notados, como extintores de incêndio (pó químico/água), sistema de sprinkler's em todas as salas, sistema de para raios com a gaiola de Faraday, saídas de emergência nas laterais e uma pequena área livre para fumantes.

Todos os locais de trabalho, excetuando o subsolo, seguem o mesmo padrão de construção a saber: paredes laterais externas de concreto e com pastilhas características do DPF; janelões de vidro com persianas para graduação da luminosidade; corredores centrais em porcelanato cor clara; salas com carpetes; divisórias em MDF imitando madeira, algumas divisórias do corredor vão até o teto, outras são envidraçadas pela metade com persianas na parte de dentro; teto em gesso rebaixado com +/- 2,50m de altura; o mobiliário é pré-fabricado com MDF da cor clara; as salas das laterais recebem iluminação natural e eventualmente através de lâmpadas fluorescentes.

O ambiente de trabalho é bem silencioso e agradável para as atividades laborais.

4.1.1.4 – O ambiente conforme observado oferece risco de acidente ou a segurança física do servidor que ali trabalha? () Sim (X) Não

4.1.5 – Apresenta sistema de condicionamento de ar? () Não (X) Sim; se sim responda:

4.1.5.1 – Indicar se o sistema é: (X) central; (-) de parede; (X) tipo split.

4.1.5.2 – Existe filtro nas saídas do ar? (-) Sim (-) Não;

4.1.5.3 – Próximo a saída do ar, é visível marcas de sujeira? () Sim (X) Não

4.1.5.4 – Caso o ar condicionado for central, os fain coil, estão limpos? () Sim (X) Não

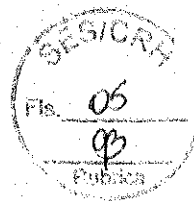
4.2 – Postos de trabalho:

SUBSOLO: NUTRAN / N.O. ESTANDE-RECARGA / MINI SUBESTAÇÃO / GERADOR / DEPÓSITOS DO NUCART / ACADEMIA / GARAGEM

TÉRREO: NTI / PROTOCOLO / PLANTÃO N.O.DREX-DELEAQ / DELEMIG / DELESP.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**



1º PISO: CORREGEDORIA / NUCOR / SETEC / CUSTÓDIA / GID.

2º PISO: N.O.-DREX- SAL / DELEPREV / DRCOR / DELEFAZ / DELEFIN / DELINST / DELEMAPH / DELEPAT / DRE.

3º PISO: GABINETES SR / SRH / SELOG / NEOF / SES / COMUNICAÇÃO SOCIAL / NAD – MATERIAL / SES

4º PISO: NIP.

NA LAJE SUPERIOR DO 4º ANDAR ENCONTRAMOS O HELIPONTO>

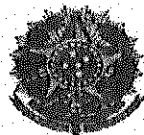
4.2.1 – Ambiente/Condições em que desenvolve as funções/atividades:

4.2.1.1- SALA DE RECARGA: Localiza-se do subsolo, com +/- 36m², piso em cimento natural, laje de concreto sem forro deixando à mostra o sistema de água e esgotos; iluminação somente artificial através de lâmpadas fluorescentes, paredes de alvenaria; grade junto ao teto para ventilação para o lado da garagem; canaletas dos sprinkler's também à mostra. Esta sala foi adaptada para funcionar o processamento de recarga de cartuchos reciclados, através de 2 máquinas de recarga dos calibres 9 e 12 mm com pólvora a granel. Estes cartuchos recarregados são usados somente no treinamento de tiro dos policiais. No local encontramos várias caixas com cartuchos que vão ser recarregados, outros que serão devolvidos às indústrias, além de caixas com chumbo recolhido do estande para reciclagem. No armário de madeira há estocado 3 Kg de pólvora química CBC em recipientes de plástico, além de 1000 espoletas estocadas.

O local não é recomendado para este tipo de atividade. A manipulação de explosivos é normatizado pela NR 19 (Alterada pela Portaria SIT nº 228 de 24/05/2011 e pelo Regulamento 105 do Exército Brasileiro).

OBS: Os servidores que exercem suas atividades em um raio de 45 m em torno da sala de recarga, fazem jus ao **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**, até que seja corrigida as condições de trabalho, de acordo com as Recomendação contida no item 9.7.

4.2.1.2 - ESTANDE DE TIRO: Adjacente à sala de recarga, com 25 m de comprimento, com alvos móveis organizado por computador ; com aparadores de aço ao fundo; paredes laterais duplas forradas com MDF imitando madeira; com exaustores de gases tóxicos e ar condicionado tipo split's. Na entrada do estande existe uma pequena sala com carteiras e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

cadeiras para instrução dos alunos. Encontramos como EPI's; óculos de proteção, abafadores auriculares tipo concha.

Atua nestes setores 1 APF para fazer a recarga dos cartuchos e como instrutora de tiro.

4.2.1.3 - MINI SUBESTAÇÃO/GERADOR: Sala com +/- 20m² dividido em 3 ambientes isolados através de grade aramada, onde se encontram os 2 transformadores de tensão de 13.800 Kv e que através de barramentos e do quadro de distribuição levam uma corrente de 220 v para toda a SR. Foram tomados os cuidados de segurança, tais como chaves isoladas com cobertura de borracha, tapetes no chão emborrachados, etc. Em um outro ambiente encontramos um gerador a diesel não carenado de 450 Kva. O depósito onde se encontra os botijões de óleo diesel estão bem acondicionados e isolados em um cercado de alvenaria apropriado para este fim.

Estes locais são isolados e são alcançados por pessoal autorizado.

4.2.1.4 - DEPÓSITOS DO NUCART :

1º Depósito: Sala de +/- 13m², com piso de cimento, ventilação precária, laje em cimento aparente, estantes de aço que arquivam diversos materiais e drogas apreendidas. Alguns produtos químicos também apreendidos que já foram analisados pelo SETEC (como Hidróxido de sódio, Metilamina, Ácido Sulfúrico, etc) e que se encontram ainda neste depósito aguardam decisão judicial para a destinação correta dos mesmos.

2º Depósito: Sala com entrada de porta de aço com as mesmas características do anterior. Ventilação precária, paredes de alvenaria cobertas com folhas de zinco, o piso é de cimento bruto. As estantes de aço guardam produtos apreendidos como antenas de rádio e TV's piratas, CPU's, remédios falsos, alimentos suspeitos, CD's falsos, etc, aguardando destinação judicial.

A entrada nestes depósitos, feita pelos responsáveis, é eventual.

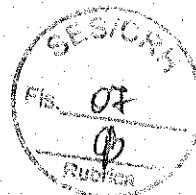
4.2.1.5 - NTI (NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO):

Localiza-se no fundo do prédio no térreo. Constituído de 7 salas, em piso de cerâmica e carpete, a refrigeração é constante e obrigatória através de aparelhos tipo split's para a segurança dos aparelhos.

Atividades inerentes ao setor como a manutenção do sistema de informática e telefonia de toda a SR/PR. A central de informática em forma de torre com os switcher's e demais componentes emitem um som constante na máxima de 73,8dB.

Atuam neste setor 2 ATE's e 1 ADM(RJU), além de 5 Terceirizados (técnicos e administrativos), com atividades internas e externas.

As atividades internas estão relacionadas às manutenções dos equipamentos e aparelhos eletrônicos (informática e telefonia) da SR. As atividades externas estão relacionadas ao acompanhamento das equipes policiais nas diversas missões designadas,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

para a montagem do sistema de rádio comunicação entre estas. Montam as aparelhagens em torres de transmissão, montam em árvores ou mesmo em cima das viaturas, etc. Utilizam equipamentos de transmissão em UHF/VHF/Código Morse, etc.

Dão apoio constante também às Delegacias de Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, ao GISE, Aeroporto Internacional Afonso Pena e ao Porto de Paranaguá.

4.2.1.6 - DELEAQ(DELEGACIA DE CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS):

É o setor que recebe as armas, munições, pólvoras, etc. do Programa do Desarmamento, onde ficam arquivados até serem encaminhadas ao Exército para sua destinação final.

Neste setor também são feitas as análises para registro, concessão e autorização para a comercialização de produtos químicos permitidos de acordo com a Portaria nº 1274 /2003 do MJ. Nas fiscalizações, os profissionais não manipulam os produtos químicos, apenas recolhem amostras suspeitas para análise que fica a cargo do SETEC. Muitas vezes os produtos recolhidos ficam estocados em embalagens frágeis no próprio setor DELEAQ até destinação definitiva.

4.2.1.7 - DELEMIG(DELEGACIA DE POLICIA DE IMIGRAÇÃO):

Sala de espera ampla para os usuários, com cadeiras confortáveis com TV e sistema de chamada por senha eletrônica. Cabinas individuais e reservadas para atendimento na confecção de passaportes, etc.

4.2.1.8 - DRE(DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS) / ANÁLISE:

Sala com 2 baias e 8 mesas para escuta com equipamentos informatizados e a aparelhagem necessária para escuta, como fones de ouvido com graduações de volume nestes aparelhos. Detectamos um som com volume máximo de 75dB.

Atuam neste setor 3 APF's e 1 PPF.

4.2.1.9 - N.O./ SAL(SETOR DE ARMAMENTO E LOGÍSTICA):

Sala com +/- 45m² porta de aço, sem acesso fácil; piso em porcelanato; teto rebaixado em placas de isopor; paredes de alvenaria; iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes; caixa de desmuniamento.

Estantes de aço para estocagem de munições, cartuchos de diversos calibres; armas e outros equipamentos como coletes, escudos ,etc para uso em operações ostensivas. As granadas são de efeito moral (fumígenas, lacrimogêneas, luminosas). Todo o estoque encontrado neste depósito é de uso da SR/PR, e do interior do Estado.

Não há neste setor pólvora estocada, livre ou armazenada e nem granadas de fragmentação.

5



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

4.2.1.10 - CUSTÓDIA:

Constituída de 6 celas. No momento haviam 40 custodiados (30 homens e 10 mulheres). Uma sala de administração, sala de reconhecimento, sala de parlatório da OAB e área com banho de sol comum, onde revezam homens em um período, mulheres em outro.

4.2.1.11 - SES (SERVIÇO DE SAÚDE):

Setor dividido em 6 ambientes, com sala de espera confortável com cadeiras estofadas, piso em carpete; mesas ergonômicas; divisórias em MDF, iluminação natural e artificial. São 3 consultórios médicos, com ar condicionado tipo split's. Um destes é utilizado pela Junta Médica Oficial (que no momento da Avaliação Ambiental ocorria uma perícia por Junta). Uma outra sala é utilizada como arquivo de prontuários médicos dos servidores, uma outra sala de multiuso da A. Social e uma para a Auxiliar de Enfermagem. No setor são feitos os exames médico/clínicos para homologação de atestados, LTS, prorrogações, além do deslocamento a hospitais e em domicílios para este fim.

4.2.1.12 - SETEC (SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO):

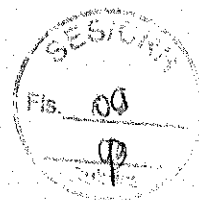
Ocupa quase a metade do 1º andar, dividindo-se em 45 ambientes com os diversos laboratórios estruturados para esta atividade. Com piso em porcelanato; ar natural e refrigeração do ar com aparelhos split's; luz natural e artificial, bancadas em mármore contendo aparelhagem e equipamentos necessários ao desenvolvimento das análises periciais.

Estes equipamentos são: um cromatógrafo, que utiliza gases nobres como Hélio, Nitrogênio, Ar sintético e Hidrogênio; espectrofotômetro de ultra violeta e infra vermelho; Armários com exaustor de forma forçada para o meio externo, onde estão guardados os diversas substâncias químicas, estufas, centrifugas, balanças de precisão(3), geladeiras para guarda dos reagente ; deionizador de água, etc.

Os profissionais deste setor utilizam vários reagentes e produtos químicos como: Ninidrina, Hidróxido de Sódio, Cloreto de Amônia, Ac. Sulfúrico, Ac. Clorídrico, Cianoacrilato, Fnoftaleína, Hidróxido de Potássio, Iodo, Violeta de Genciana, Amarelo Básico, Nitrato de Prata, Pós Magnéticos, como grafite, etc. Além de solventes como Éter Etílico do Petróleo, Etanol, Metanol, Acetona, Clorofórmio, etc.

Como EPI's, encontramos neste setor, luvas, máscaras comuns, jalecos, avental, óculos.

Como EPC mini capela de exaustão, chuveiro, extintores de incêndio, balde com areia, para abafar algum início de incêndio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE

Na laje do 3º piso: Laje tipo varanda onde se encontram 4 aparelhos Chiller's com as tubulações do sistema de ar condicionado central da SR/PR. Uma casa de comando com quadro de chaves de distribuição para toda a SR. No momento da avaliação anotamos um volume de ruído constante de 82 dB de um dos chiller's em funcionamento.

4.2.1.13 - GISE (GRUPO DE INVESTIGAÇÕES SENSÍVEIS):

Prédio próprio da União, no centro da cidade, 2 andares, adaptado para esta atividade, anteriormente a finalidade era residencial. Piso em cerâmica; paredes de alvenaria; teto rebaixado com gesso; forro em laje; iluminação artificial através de lâmpadas fluorescentes.

No térreo é dividido em 5 ambientes, sala do escrivão, sala da chefia, sala de reuniões, depósito de materiais de consumo, copa, cozinha e banheiros.

No 1º andar: Setor de análise propriamente dito, com +/- 33 m², piso laminado de madeira, forro de PVC, teto em telhas de amianto; paredes de alvenaria; iluminação artificial e natural constituído de 12 mesas, 10 pontos do Sistema Guardião, monitor com fones de escuta individual e com graduação de volume do som. Em 2 destes aparelhos de escuta, foram analisados e o som proveniente destes, foram medidos com os seguintes resultados.

1º aparelho: máximo de 74,6dB

Mínimo de 57 dB

2º aparelho; máximo de 74,5 dB

Mínimo de 64 dB.

DELEMIG / AEROPORTO INTERNACIONAL AFONSO PENA:

Constituído de 3 salas de atendimento, Copa e repouso do plantão.

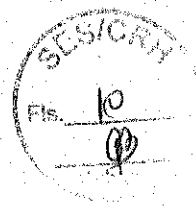
Piso em paviflex, teto rebaixado em placas de gesso, divisórias em Eucatex, sem iluminação natural, somente através de lâmpadas fluorescentes; ar condicionado central.

A Delemig/Aeroporto é responsável pelo policiamento de imigração e do descaminho. Eventualmente participam na contenção de tumultos em aeronaves e nos balcões das companhias aéreas, quando a PM ou a Polícia Civil não conseguem chegar à tempo.

Fiscalizam urnas funerárias, junto com outros órgãos (Anvisa, RF, etc.) na verificação de possível tráfico de drogas, contrabando ou outras atividades ilícitas.

A conferência dos documentos realizadas nos voos internacionais é feita de forma não ergonômica nas 4 cabines destinadas para isto. As cabines, que foram confeccionadas há +/- 30 anos atrás, além de estarem deterioradas pelo tempo, sofrem com a agressão dos cupins, estruturas e pisos falsos, gavetas soltas sem os trilhos corretos para contê-las, podendo ocorrer quedas e causar acidentes em serviço. Os aparelhos de informática para a digitalização dos passaportes encontram-se lateralizados, portanto não ergonômicos,

7



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

assim podendo causar danos à saúde dos servidores. Os servidores além de fazê-lo virando o corpo para o lado, são obrigados a realizá-los em pé, pois as cadeiras destinadas a eles são baixas e não proporcionam o conforto necessário aos mesmos.

OBS: Os procedimentos de fiscalização de bagagens dos passageiros no embarque de voos internacionais, através do aparelho de Raios X, é feita pelo pessoal do **INFRAERO**.

5 - ANÁLISE AMBIENTAL

ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES - PORTARIA MTB Nº 3214 de 08/06/78 - NR15. LOCAIS: SETEC / SES

Anexo 01 - Ruído contínuo ou intermitente	(X) Não
Anexo 02 - Ruído de impacto	(X) Não
Anexo 03 - Exposição ao Calor	(X) Não
Anexo 10 - Umidade - Trabalhos	(X) Não
Anexo 11 - Agentes químicos	(X) Sim
Anexo 14 - Agentes biológicos	(X) Sim

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS / PORT. Nº 3214 de 08/06/78 - NR 16.

Anexo 01 - Explosivos SALA DE RECARGA	(X) Sim
Anexo 02 - Inflamáveis	(X) Não

ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (Dec. 93.412 de 14/10/86)
(ENERGIA ELÉTRICA) : MINI SUBESTAÇÃO / NTI (X) Sim

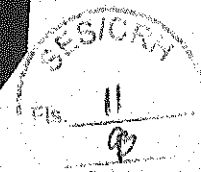
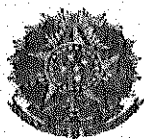
Equipamento utilizado: (X) Sim Decibelímetro modelo DEC 460 Sound Level Meter Instrutherm.

VENTILAÇÃO: Adequado

MOBILIÁRIO: Adequado na SR/PR. Deficiente na DELEMIG AEROPORTO

6 - METODOLOGIA EMPREGADA

8



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

A avaliação foi feita através de inspeção nas atividades e no local de trabalho, de acordo com a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras da Portaria MTE nº 3.214, de 08 de junho de 1978, em particular a NR 15 – Atividades e Operações Insalubres e a NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, Art.12 da Lei nº 8.270, de 19 de dezembro de 1991, bem como o Decreto 93.412 de 14/10/86 – Eletricidade e MP nº 568 de 11/05/2012 (Incisos I,II,III,IV) e Art. 87

7 – ANÁLISE / CONCLUSÃO

Conforme análise qualitativa procedida no local e nas atividades desenvolvidas no SETEC e SES, os servidores estão em contato habitual, constante e permanente com os riscos e agentes Químicos e Biológicos respectivamente e que portanto fazem jus ao **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**. Conforme análise qualitativa os servidores(RJU) e trabalhadores (CLT) que desenvolvem atividades junto à **MINI SUBESTAÇÃO E NTI**, estão em contato habitual e constante com os riscos Físicos no caso a Eletricidade e que portanto fazem jus ao **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**.

8 – CLASSIFICAÇÃO DOS GRAUS DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

8.1-Local: SETEC

Insalubridade: Atividade Policial (RJU)	(X)Concedido	GRAU MÁXIMO FIXO
Atividade Administrativa (RJU)	(X)Concedido	GRAU MÁXIMO FIXO
Trabalhadores (CLT)	(X)Concedido	GRAU 40%

8.2- Local: SES

Insalubridade: Atividade Policial (RJU)	(X)Concedido	GRAU MÉDIO FIXO
Atividade Administrativa(RJU)	(X)Concedido	GRAU MÉDIO FIXO

8.3-Local:MINI SUBESTAÇÃO / NTI

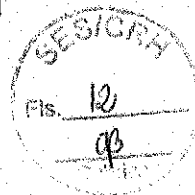
Periculosidade: Servidores (RJU)	(X)Concedido	GRAU FIXO
Trabalhadores (CLT)	(X)Concedido	GRAU 30%

OBS: Conforme Art. 5º, inciso IX da Lei 11.358 de 19/10/2006, os servidores policiais já percebem os benefícios previstos nesta lei.

9



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**



9 – MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS PARA ELIMINAR OU NEUTRALIZAR O RISCO.

Pelo fato de termos detectado, no decorrer de nossa avaliação ambiental alguns procedimentos e situações inadequadas no ambiente de trabalho e nas atividades desenvolvidas, sugerimos como medidas de segurança, higiene e saúde ocupacional que:

9.1 – Recomendamos consertar o vazamento que exala odor fétido e chega a empossar o chão do NTI, proveniente do teto abaixo da carceragem da SR. Sugerimos a interdição temporária da carceragem e transferência dos custodiados para outro local seguro, a fim de facilitar o conserto urgente deste vazamento.

9.2 – Recomendamos o uso obrigatório de EPI's como talabarte, cintos de segurança, botas de borracha, etc pelos servidores e trabalhadores do NTI, quando forem montar a aparelhagem de radio comunicação nas torres

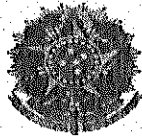
9.3 – Recomendamos a realização do exame de audiometria 6/6 meses para os servidores principalmente os do NIP/GISE/ANÁLISE .

9.4 – Recomendamos o uso obrigatório de EPI's como luvas de borracha natrillica, máscaras com respirador e filtro de ar, principalmente os(as) servidores(as) lotados no SETEC.

9.5 – Recomendamos a limpeza rotineira dos filtros e mantas dos fain coil's, que estavam cheios de poeira e resíduos de sujeira.

9.6 – Recomendamos a construção de novas cabines, alterando a estrutura física das mesmas, bem como melhorando o lay out da posição dos equipamentos de informática, além de colocação de cadeiras ergonômicas, a fim de proporcionar melhor conforto e segurança dos usuários e dos(as) servidores(as).

9.7 – Recomendamos que na sala de recarga, seja feito de imediato as correções adequadas dos riscos ambientais , segundo o que preconiza a NR 19 , Portaria SIT 228 de 24/5/2011 e o R 105 do Exército Brasileiro.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

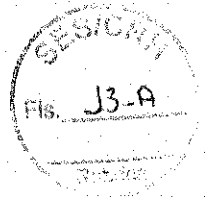
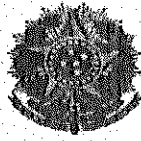
9.8 - Recomendamos que os produtos químicos recolhidos da fiscalização da DELEAQ, que permanecem naquele local por muito tempo, tenham sua destinação final definida o mais breve possível, tendo em vista, aquele setor não ser o local adequado para o armazenamento dos referidos produtos.

10- RECOMENDAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ON/SRH /MP 02 de 19/02/10)

10-1- É de responsabilidade da Chefia do órgão periciado a identificação e enquadramento de cada servidor (a), no rol de suas atividades rotineiras e periciadas que venham a fazer jus ou não ao adicional de insalubridade/periculosidade aprovados, definindo também se os mesmos desempenham tais atividades de forma contínua, intermitente ou eventual.

10-2- A autoridade que conceder os adicionais de insalubridade/periculosidade compete a adoção de medidas necessárias à redução ou eliminação dos possíveis riscos ambientais relacionados no relatório específico, bem como proteção dos respectivos efeitos, conforme preconiza a IN 02/98 SEPLAN/PR.

10-3- A percepção do pagamento dos adicionais não desobriga às chefias a promoverem medidas de proteção individual ou coletiva e aos servidores cumprirem as normas e/ou procedimentos destinados à proteção de sua saúde e integridade física.




**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE**

10-4- Compete à Chefia do(a) servidor(a) a descaracterização do benefício pecuniário, quando da mudança de setor ou na sua aposentadoria bem como a obrigatoriedade de informar ao setor de pessoal/cadastro, para a exclusão de seu nome e matrícula, da folha de pagamento do benefício mencionado.


10-5- O Laudo Ambiental para a concessão de adicionais, não terá prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes, bem como alterações estruturais e ambientais.

Data 29/6 / 2012.

Perito: Diomar Mendes Rocha
Médico do Trabalho - MTb 6866
Telefone: (61) 2024 - 9241
Email: diomarmendes@yahoo.com.br

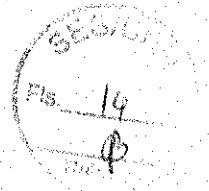

Assinatura/Carimbo **Diomar Mendes Rocha**
Médico Perito Oficial
CRM-DF 1172
Matrícula DPF 3950

Perito: Maurício M. I. Arbach
Médico do Trabalho - MTb 1722
Telefone: (61) 2024 - 9242
Email: mauricioarbach@yahoo.com.br


Assinatura/Carimbo **Maurício M. I. Arbach**
Médico Perito Oficial
CRM-DF 4797
Matrícula DPF 0000110



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DGP - COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SERVIÇO DE SAÚDE



Ofício nº 139/2012-SES/CRH/DGP/DPF

Brasília, 09 de julho de 2012.

A Sua Senhoria o Senhor
DPF JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS
Superintendente da SR/DPF/PR
Curitiba - PR

Senhor Superintendente,

Em resposta ao Ofício nº 27.333- SRH/SR/DPF/PR, venho por meio deste encaminhar Laudo de Avaliação Ambiental 010/2012 – SES/CRH/DGP/DPF, onde os médicos do trabalho Dr. Diomar Mendes Rocha e Dr. Maurício M. I. Arbach realizaram perícia in loco na descentralizada SR/PR, na oportunidade enviamos o laudo em anexo.

Para ciência e demais providências.

Atenciosamente,

Simone da Silva Souza
Chefe do SES/CRH/DGP
Substituta
Mat. 13.349

SIMONE DA SILVA SOUZA

Médica- Mat. 13.349

Chefe em Exercício do SES/CRH/DGP/DP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
SETOR DE RECURSOS HUMANOS

SRH/SR/PR

FLS. 5

Rubrica

DESPACHO

Do GETED, conforme
sugerido
Em 06/08/12

Assunto: Laudo de Periculosidade
Destino: GAB/SR/DPF/PR

JOSE ALBERTO DE FREITAS IEGAS
Superintendente Regional - SR/DPF/PR
Classe Especial - Matrícula 6475

Senhor Superintendente,

1. Encaminho o presente Laudo de Avaliação Ambiental 10/2012-SES/CRH/DGP, destacando os seguintes pontos:
 - a. Fazem jus ao Adicional de Periculosidade os servidores que exercem suas atividades em um raio de 45 m em torno da sala de recarga – fls. 05;
 - b. Aos servidores lotados no SETEC e no SES (antiga denominação SAM) fazem jus também ao Adicional de Insalubridade – fls. 11;
 - c. Foram propostas diversas medidas corretivas a serem observadas para eliminação ou neutralização de riscos – fls 12 e 13.
2. Proponho que seja solicitado ao Grupo Técnico de Edificações (GETED) que seja feita a determinação da área delimitada no item "a" para a correta concessão do adicional de periculosidade.
3. Após, restitua-se o presente documento a este SRH para as demais providências.

Curitiba, 20 de julho de 2012.

FABIANE APARECIDA MACHADO DOS SANTOS PONTE

Agente Administrativo
Chefe do SRH/SR/DPF/PR
S - III/ Matrícula 7750

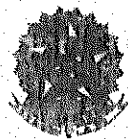
Ciente em
23/10/12

famsp

CARLOS ARTUR DINIZ MARQUES
Agente de Polícia Federal
Matrícula 13.551

Oba Portaria 124/2012-143 do Presidente do GETED
P/ providências
26/08/12

PAULO RICARDO MANFRIN
Perito Criminal Federal
Chefe SELOG/SR/PR
Classe Especial - Mat. 6014



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ**

PORTARIA Nº 128/2010-GAB/SR/DPF/PR DE 03 DE SETEMBRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no art. 38, V, do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 3.961/MJ, de 24/11/2009, publicada no DOU nº 225, de 25/11/2009, e,

CONSIDERANDO a necessidade de ser constituído um Grupo de servidores, com formação em arquitetura, engenharia civil e/ou engenharia elétrica, para, em articulação com a DEOB/CPLAM/DLOG, desenvolver as atividades relacionadas aos itens VII e XX, do artigo 188, da Instrução Normativa nº 013/005-DG/DPF, de 15.06.05, publicado no suplemento BS nº 113, de 16.06.05, alterado pela Instrução Normativa nº 05/09-DG/DPF, de 14.04.09, publicado no suplemento BS nº 071, de 15.04.09;

RESOLVE

3. Instituir, no âmbito desta Superintendência Regional, e em suas Projeções no interior do Estado do Paraná, o Grupo Técnico de Edificações - GTED, formado pelos servidores APF **PAULO EDUARDO DOLCI ALVES**, matrícula nº 14.221, PCF **IOR CANESSO JURASZEK**, matrícula 13.932, PCF **SANDRO JOSE NADOLNY**, matrícula 15.134, APF **FERNANDO GABASA LEINDORF**, matrícula 10.591, APF **CARLOS ARTUR DINIZ MARQUES**, matrícula 13.561, APF **ISEU REISHMANN LOSSO**, matrícula 13.737, todos lotados na SR/DPF/PR, EPF **ALEX BATISTA COELHO**, matrícula 18.154, lotado na DPF/FIG/PR e EPF **ALEXANDRE LUIZ VARGAS MATTOS**, matrícula 18.209, lotado na DPF/FIG/PR para, sob a presidência do primeiro e tendo os demais como membros, executarem as atividades estabelecidas no parágrafo 1º, do artigo 188, da IN 013/05-DG/DPF, alterado pela IN 05/09-DG/DPF, sem prejuízo das demais funções.
4. Revogar qualquer disposição em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MAURICIO LEITE VALEIXO
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
Classe Especial / Matrícula 6559



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÃO**

Curitiba/PR, 29 de outubro de 2013.

À Sua Senhoria o Senhor
Rosalvo Ferreira Franco
Superintendente Regional da Polícia Federal no Paraná

Assunto: Laudo de Periculosidade

Este trabalho visa a determinação da área delimitada no raio de 45 m em torno da sala de recarga, com a finalidade de concessão do adicional de periculosidade, conforme Laudo de Avaliação Ambiental Nº 10/2012 – SES/CRH/DGP.

Neste sentido, foi realizado estudo dos raios de influência de 45 m em torno da sala de munição (localizada no subsolo), superpostos por pavimento e tendo por ponto inicial cada um dos quatro cantos do retângulo delimitado por aquele ambiente.

Assim sendo, excetuando-se apenas as prumadas situadas nos dois cantos dos fundos, onde se localizam as escadas de incêndio e os banheiros, em todos os pavimentos, toda a edificação é atingida pela distância de 45 m de raio a partir dos cantos mais externos do ambiente.

CARLOS ARTUR DINIZ MARQUES

APF MATRÍCULA 13.561

Sr. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador

DRT / PR

SIAPRO
EM 22/03/07
Cristiane

RELATÓRIO

Requerente: Departamento de Polícia Federal
Demanda: Laudo Periculosidade.

Em atenção a solicitação da Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava, ofício 3190/06 – DPF/GPB/PR, referente a realização de PERÍCIA / LAUDO DE PERICULOSIDADE, informamos que de acordo com o *Memorando Circular nº 56/DSST/SIT/MTE – Secretaria de Inspeção do Trabalho / Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, emitido em 14 de julho de 2005*, fundamentado na *Orientação Normativa nº 04* de 13 de julho de 2005 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Recursos Humanos, temos:

- 1 – Art. 12. *O laudo de avaliação ambiental não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração da organização do trabalho e dos riscos presentes.*

Parágrafo 1º. É responsabilidade do gestor da unidade administrativa informar a área de recursos humanos sobre a alteração, e ao Setorial local responsável pelo RH competente viabilizar outra avaliação ambiental.

OBS. 01 : Não existe mais a necessidade de **renovação anual** do laudo. A avaliação só deve ser refeita quando mudanças significativas ocorrerem nos ambientes laborais, nos processos de trabalho e riscos ocupacionais aos quais estão expostos dos servidores.

- 2 - Art. 7º. *A caracterização da insalubridade e periculosidade será efetivada por meio de avaliação ambiental do local de trabalho, com expedição de laudo de avaliação ambiental.*

Art. 11º. Entende-se por autoridade competente: as Delegacias Regionais do Trabalho; os serviços especializados de segurança e medicina do trabalho dos órgãos e entidades públicas; os centros de referências em saúde do trabalhador; as universidades; outras instituições públicas conveniadas com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

OBS. 02. O Ministério do Trabalho e Emprego deixa de ser a única instituição responsável pela avaliação ambiental.

Portanto inexistindo alterações dos ambientes de trabalho, nos ciclos de exposições e intensidades dos riscos ocupacionais, e nos métodos processos de trabalho, fica dispensada a atualização ou renovação anual do Laudo caracterizador de condição de periculosidade e insalubridade.

A disposição para outros esclarecimentos necessários.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2007

Eng. Mario Luiz Oliani
Cif/30131 0

Sr. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT PR

RELATÓRIO - Atualização Laudo Periculosidade

Os. : 5449963-1

Requerente: Ministério da Justiça - Delegacia Policia Federal Guarapuava

Atendendo a solicitação do Departamento de Policia Federal, Delegacia de Policia Federal de Guarapuava / PR, ofício 547 / 04 - GAB/DPF/GAB/PR, datada de 21/05/04 estivemos neste dia 22 de julho de 2004, nesta cidade, nos postos de trabalhos dos Agentes de Policia Federal, para verificação de fatores geradores da condição de **PERICULOSIDADE**, (nos termos da NR 16 - Decreto 97458/89 - Lei 8112/90), e atualização do Laudo de Periculosidade p/ pagamento do adicional correspondente.

Nesta oportunidade, fomos atendidos e recebemos informações do delegado Sr. José Alberto de Freitas Iegas.

Assim, a partir da constatação de que permanecem inalteradas as condições ambientais e de trabalhos nestes locais, em relação aos verificados nos levantamentos para a elaboração do laudo anterior, (correspondente ao ano de 2003 - OS 5281985-0), com destaque para os *agentes de riscos ocupacionais, atividades laborais, e tipos de exposições*), estamos **RATIFICANDO** as considerações e conclusões contidas naquele relatório.

Curitiba, 28 de julho 2004

Eng. Mario Luis Olhani
CIF 30/31 0

Isabel

Sra. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT / PR

RELATÓRIO DE PERÍCIA - (Periculosidade).

1. OBJETIVO :

Dar atendimento ao ofício 1417 / 03 – GAB/DPF.B/GPB/PR, Departamento de Polícia Federal – Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava e a elaboração de Laudo Pericial de Periculosidade.

2. REFERENCIAS LEGAIS :

A fundamentação legal :

- Decreto 97.458 / 89
- Portaria MT 3.214 / 78 - NR 16 Quadro nº 1 linhas " a " e " b " .
- Lei 8.270 / 91, assim :

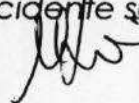
O Decreto 97.458 de 15/01/89 que define a caracterização de insalubridade / periculosidade aos servidores da administração federal, no seu Art. 3 diz :

" Os adicionais a que se refere este Decreto não serão pagos aos servidores que :

I) No exercício de suas atribuições fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional. (eventualmente).

II) Estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao adicional.

A Lei n.º 8.270 / 91, que dispõe sobre a remuneração dos servidores públicos, fixa sobre o vencimento do cargo, o adicional de insalubridade em 5 % (grau mínimo), 10 % (grau médio) e 20 % (grau máximo), sendo para o **adicional de periculosidade um índice de 10 %**, incidente sobre o salário base.



RELATÓRIO DE PERÍCIA DE PERICULOSIDADE -
Quadro para a caracterização / Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991.
MJ - Departamento de Polícia Federal Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava / PR.

LOCAL/ SEDE	ATIVIDADE	RISCO/AGENTE	MEDIDA DE PROTEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
Subdivisão em setores de OPERAÇÕES ESPECIAIS - IMIGRAÇÃO, CARTÓRIOS - PLANTÃO	Desempenho de trabalhos administrativos internos, distribuídos entre as salas da secretaria, plantão, gabinetes, planejamento de operações especiais, depósito de armamento e de material apreendido. Envolvendo atendimento ao público, expedição de passaportes, guarda de produtos apreendidos e de munições. E ainda trabalhos externos de policiamento, abordagens veículos, apreensões de mercadorias.	Manipulação e guarda de munições, de uso em operações, e mesmo os apreendidos. Eventualmente elementos explosivos	Organização, ventilação e qualificação.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Lei 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 1 - Quadro 1, Armazenamento de material explosivo.



Curitiba, 18 de agosto de 2003

Eng. Mario Luiz Oliani
30131 - 0

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Delegacia Regional do Trabalho no Paraná
Subdelegacia do Trabalho em Londrina

CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE (Lei nº 8.270 de 17/12/1991)

Órgão Vistoriado: Divisão de Polícia Federal em Londrina (CNPJ: 00.394.494/0094-35)

End.: R. Tietê, 1450 – CEP: 86.025-230 – Londrina/PR

Local de exercício ou tipo de trabalho realizado ou função/cargo	Agente nocivo à saúde ou identificador do risco	Grau de agressividade ao homem		Adicional a ser concedido		Medidas corretivas
		Tolerância conhecida/tempo	Medição Efetuada	Insalubridade (%)	Periculosidade (%)	
1. Delegados	Armas e munições explosivos, produtos inflamáveis diversos (acetona, éter, etc.)	-----	habitual	-----	10	-----
2. Escrivães	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----
3. Agentes	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----
4. Papiloscopistas	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----
5. Agentes Administrativos	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----

Londrina, 05 de dezembro de 2006

Paulo José de Santana
Paulo José de Santana
Agente Inspeção do Trabalho
Matr. 255357 - CIE 40140

CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE (Lei nº 8.270 de 17/12/1991)

Órgão Vistoriado: Divisão de Polícia Federal em Maringá/PR (CNPJ: 00.394.494/0094-35)

End.: Av. José Alves Nendo, nº 1309 – Jdm Acimação – CEP: 87.055-000 - Maringá/PR

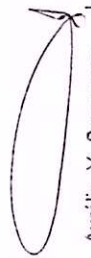
Telefone/fax (44) 220-1400

DPF/M&A

Local de exercício ou tipo de trabalho realizado ou função/cargo	Agente nocivo à saúde ou identificador do risco	Grau de agressividade ao homem		Adicional a ser concedido		Medidas corretivas
		Tolerância conhecida/tempo	Medição Efetuada	Insalubridade (%)	Periculosidade (%)	
1. Delegados (07)	Armas, munições (remanufatura), explosivos, produtos inflamáveis diversos	-----	habitual	-----	10	-----
2. Escrivães (09)	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----
3. Agentes de Polícia Federal (29)	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----
4. Papiloscopistas (01)	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----
5. Agentes Administrativos (04)	Idem acima	-----	habitual	-----	10	-----

Londrina, 20 de dezembro de 2004

- Inspeção realizada em 17/12/04 – verificamos que não houve alteração nas funções, atividades e/ou instalações físicas.



Aurélio Y. Sugayama
 AUDITOR FISCAL TRABALHO
 MATR.: 255989 - CIF 301205

CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE (Lei nº 8.270 de 17/12/1991)

Órgão Vistoriado: Delegacia de Polícia Federal em Maringá.
End.: R. Prof. Lauro Eduardo Wernick, 500 -Zona 7- Maringá/PR

Local de exercício ou tipo de trabalho realizado ou função/cargo	Agente nocivo à saúde ou identificador do risco	Grau de agressividade ao homem		Adicional a ser concedido	Medidas corretivas
		Tolerância conhecida/tempo	Medição efetuada	Insalubridade (%)	Periculosidade (%)
1. Delegados (7)	Armas e munições, explosivos (bombas, granadas, TNT, etc), produtos inflamáveis diversos (acetona, solvenes, éter, ácido clorídrico, sulfúrico, etc)	-----	habitual	-----	10
2. Escrivães (7)	Idem acima	-----	Idem acima	-----	10
3. Agentes (23)	Idem acima	-----	Idem acima	-----	10
4. Papiloscopistas (1)	Idem acima	-----	Idem acima	-----	10
5. Agentes Administrativos (1)	Idem acima	-----	Idem acima	-----	10
6. Motorista oficial (1)	Idem acima	-----	Idem acima	-----	10

Data da Perícia: 29/06/2001



Londrina, 04 de julho de 2001

Aurélio Y. Sugayama
AUDITOR FISCAL TRABALHO
MATR. 255669 - CIF 301205

DR.T - Londrina/PR
43-3327-2182
3327-2188
3336-6419

DPF/PGUA

Sr. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT PR

RELATÓRIO - Atualização Laudo Periculosidade

Os. : 5442665-0


Requerente: Ministério da Justiça - Delegacia Policia Federal de Paranaguá

Atendendo a solicitação do Departamento de Policia Federal, Delegacia de Policia Federal de Paranaguá / PR, ofício 810/04 DPF/PGA/PR, datada de 28/05/04 estivemos neste dia 09 de julho de 2004, nesta cidade e nos postos de trabalhos dos Agentes de Policia Federal, para verificação de fatores geradores de condição de **PERICULOSIDADE**, (nos termos da **NR 16 - Decreto 97458/89 - Lei 8112/90**), e atualização do Laudo de Periculosidade p/ pagamento do adicional correspondente.

Nesta oportunidade, fomos atendidos e recebemos informações do Sr. Fabiano Bordinon - Delegado de Policia Federal em Paranaguá.

Assim, a partir da constatação de que permanecem inalteradas as condições ambientais e de trabalhos neste locais, em relação aos verificados nos levantamentos para a elaboração do laudo anterior, (correspondente ao ano de 2003 - OS 5264121-0), com destaque para os *agentes de riscos ocupacionais, atividades laborais, e tipos de exposições*), estamos **RATIFICANDO** as considerações e conclusões contidas naquele relatório.

Curitiba, 19 de julho 2004

Eng.  Oliani
✓ CIF 30131 0

Sra. Chefe do Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT / PR

RELATÓRIO DE PERÍCIA - (Periculosidade).

1. OBJETIVO :

Dar atendimento ao ofício 842 / 03 DPF / PGA - 28/05/03, Departamento de Polícia Federal em Paranaguá e a elaboração de Laudo Pericial de Periculosidade.

2. REFERENCIAS LEGAIS :

A fundamentação legal :

- Decreto 97.458 / 89
- Portaria MT 3.214 / 78 - NR 16 e seu Anexo 2 , linha " d "
- " e " e ainda item 3 Area de Risco - linha " f ".
- Lei 8.270 / 91, assim :

O Decreto 97.458 de 15/01/89 que define a caracterização de insalubridade / periculosidade aos servidores da administração federal, no seu Art. 3 diz :

“ Os adicionais a que se refere este Decreto não serão pagos aos
“
servidores que :

I) No exercício de suas atribuições fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional. (eventualmente).

II) Estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao adicional.

A Lei n.º 8.270 / 91, que dispõe sobre a remuneração dos servidores públicos, fixa sobre o vencimento do cargo, o adicional de insalubridade em 5 % (grau mínimo), 10 % (grau médio) e 20 % (grau máximo), sendo para o **adicional de periculosidade um índice de 10 %**, incidente sobre o salário base.



3. INFORMAÇÕES GERAIS :

A Delegacia de Polícia Federal de Parangua, localiza-se na rua Manoel Bonifácio, 309 – Centro, em prédio compartilhado com outros órgãos federais e municipais e cuja administração pode se sub dividir basicamente em :

- Sala do plantão e guarda armamento / munição acesso rápido.
- Cartório / cofre mercadorias apreendidas (drogas, armas)
- Sala de operações especiais / guarda armamento e munição
- Sala departamento marítimo.

Resumidamente, destacamos como principais atividades :

- Organização e execução de operações policiais na região e no porto, envolvendo visitas a navios atracados no cais , no píer da Petrobras ou ao largo com carga sólida ou líquidos inflamáveis .
- Controle e fiscalização produtos químicos controlados, em transito como mercadoria importada e respectiva emissão de autorização.
- Emissão de passaporte e outros documentos afins, relacionados a emigração.

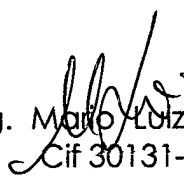
4. METODOLOGIA ADOTADA :

A análise dos locais de trabalho e das atividades desenvolvidas, para efeito de caracterização de periculosidade , será feita qualitativamente e baseando-se em observações das tarefas, e nas principalmente nas informações prestadas pelos funcionários destes setores visitados, seus métodos de trabalho e suas frequências de exposições.

Nestas oportunidade, 30 de junho de 2003, fomos acompanhados pela Srta. Jaane, indicada pelo Dr. Antonio Hadano, delegado Chefe e recebemos informações nos setores dos agentes em serviço.

5. **CONCLUSÃO** : Anexo Quadro p/ caracterização da condição de periculosidade.

Curitiba, 05 de julho de 2003


Eng. Mario Luiz Oliani
Cif 30131-0

RELATÓRIO DE PERÍCIA DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE - ofício 842 / 2003
 Quadro para a caracterização / Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991.
 MJ - Departamento de Polícia Federal Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá / PR.

LÓCAL/	ATIVIDADE	RISCO/AGENTE	MEDIDA DE PROTEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
SEDE da Delegacia em Paranaguá	Desempenho de trabalhos administrativos internos, distribuídos entre as salas da secretaria, plantão, gabinetes, operações especiais, depósito de armamento e de material apreendido. Envolvendo atendimento ao público, expedição de passaportes, guarda de produtos apreendidos e de munições.	Manipulação e guarda de munições, de uso em operações, e mesmo os apreendidos, inclusive elementos explosivos.	Organização, ventilação e qualificação.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Lei 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 1 - Quadro 1 - Armazenamento de material explosivo.
PORTO.	1) Vistorias em navios, seja atracado no cais do porto ou mesmo ao largo, fundeado na baía. Inclusive navios tanques, carregados com inflamáveis. 2) Movimentação e permanência no pier de atracamento de navios tanques nos terminais de carregamento de inflamáveis, operados pelas empresas Petrobrás e Catalini. 3) Permanência / movimentação no cais do porto, nos locais de atracamentos de navios para carregamento / descarregamento..	Inflamáveis líquidos Eventualmente, exposição a poeiras originadas em operações de movimentação de produtos a granel, como cereais, ou componentes para fabricação de adubos minerais.	Organização, sinalização, vigilância da área implantada pela administração do local, e operadores.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Lei 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 2 - Quadro item 1 alíneas "d, e "e", - Quadro item 3 alínea "f".

Curitiba, 05 de julho de 2003

Eng. Mario Luiz Oliani



MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARANÁ
SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Sr. Chefe do Serviço de Segurança e Saúde do Trabalhador DRT / PR

RELATÓRIO DE PERÍCIA - insalubridade / periculosidade

Por solicitação do – Departamento de Polícia Federal – Delegacia de Polícia Federal de Paranaguá, of. 479 / 01 – estivemos neste dia 25 / 07 / 01 nesta unidade na cidade de Paranaguá, localizada na Rua Manoel Bonifácio, 309, para um levantamento de atividades insalubres e perigosas, conforme quadro anexo, fundamentado no Decreto 97.458 / 89 , Portaria 3.215 / 78 - NR 15 e NR 16, e Lei 8.270 / 91, assim :

A análise dos locais de trabalho e das atividades desenvolvidas, para efeito de caracterização de insalubridade e de periculosidade, será feita qualitativamente e baseando-se em observações das tarefas, e nas informações prestadas pelos funcionários destes setores visitados, seus métodos de trabalho e suas frequências de exposições.

OBS . : 1 - Adicional

O Decreto 97.458 de 15/01/89 que define a caracterização de insalubridade e periculosidade para os servidores da administração federal, no seu Art. 3 diz :

“ Os adicionais a que se refere este Decreto não serão pagos aos “
servidores que :

I) No exercício de suas atribuições fiquem expostos aos agentes nocivos à saúde apenas em caráter esporádico ou ocasional. (eventualmente).

II) Estejam distantes do local ou deixem de exercer o tipo de trabalho que deu origem ao adicional.

O Decreto n.º 8.270, que dispõe sobre a remuneração dos servidores públicos, fixa sobre o vencimento do cargo, o adicional de insalubridade em 5 % (grau mínimo), 10 % (grau médio) e 20 % (grau máximo), sendo para o adicional de periculosidade um índice de 10 %, incidente sobre o salário base.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARANÁ
SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

2 - Periculosidade

A Norma Regulamentadora nº 16 - (NR16), ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS - da Portaria MTb. 3.214/78, caracteriza como de periculosidade, com direito ao adicional, as constantes dos Anexos 1 e 2 :

ANEXO 1 :

Diz respeito aos trabalhos envolvendo explosivos (armazenamento, transporte, guarda). Abrangendo todos os trabalhadores na área de risco.

ANEXO 2 :

Trata das operações com inflamáveis, (produção, transporte, armazenamento, carregamento). Caracterizando como de periculosidade as atividades dos trabalhadores na área de risco, definidas no quadro do item 1 e item 3 da NR 16.


Portanto, as tarefas que, mesmo fazendo parte das atribuições funcionais (rotineiras ou eventuais), sejam realizadas em ambientes hostis, com risco de vida ou a saúde do trabalhador, devido a equipamentos inadequados, condições anormais de exposição a agentes agressivos, etc, mas que não digam respeito a explosivos, inflamáveis, eletricidade ou radiação ionizantes, não são caracterizada como de periculosidade à luz da NR 16 e seus anexos.

3 - Insalubridade

O fato da existência no local de trabalho de produtos químicos , não implica necessariamente em uma condição de insalubridade. Para que isto ocorra, segundo a Norma Regulamentadora n.º 15, devemos considerar parâmetros essenciais à caracterização como : Limites de tolerância, meios de controle, natureza do agentes nocivo, intensidade e tempo de exposição.

Portanto eventuais exposições a elementos químicos ou pequenas manipulações ao longo do mês, não serão consideradas como de insalubres.

Anexo o quadro para a caracterização.


Eng. Mario Luiz Oliani
Gr. 30.131 0

MINISTÉRIO DO TRABALHO DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO PARANÁ SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

RELATÓRIO DE PERÍCIA DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE –
Quadro para a caracterização / Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1991.
MJ – Departamento de Polícia Federal Delegacia de Polícia Federal em Paranaguá / PR.

LOCAL/	ATIVIDADE	RISCO/AGENTE	MEDIDA DE PROTEÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
SEDE da Delegacia em Paranaguá	Desempenho de trabalhos administrativos internos, distribuídos entre as salas da secretaria, plantão, gabinetes, operações especiais, depósito de armamento e de material apreendido. Envolvendo atendimento ao público, expedição de passaportes, guarda de produtos apreendidos e de munições.	Manipulação e guarda de munições, de uso em operações, e mesmo os apreendidos. Eventualmente elementos explosivos	Organização, ventilação e qualificação.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Decreto 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 1 - Quadro 1, Armazenamento de material explosivo.
PORTO.	Executar rotineiramente : 1) <u>Vistorias em navios</u> , seja atracado no cais do porto ou mesmo ao largo, fundeado na baía. Inclusive navios tanques, carregados com inflamáveis. 2) <u>Movimentação e permanência no píer de atracamento de navios tanques nos terminais de carregamento de inflamáveis</u> , operados pelas empresas Petrobrás e Catalini. 3) <u>Permanência / movimentação no cais do porto, nos locais de atracamentos de navios para carregamento / descarregamento..</u>	Inflamáveis, líquidos ou gasosos. Eventualmente, exposição a poeiras originadas em operações de movimentação de produtos à granel, como cereais, ou componentes para fabricação de adubos minerais.	Organização, sinalização, área de vigilância implantada pela administração do local, e operadores.	Periculosidade. Adicional de 10 % de acordo com o Decreto 8.270 de 17/12/91, e Norma Regulamentadora - NR 16 Anexo 2 - Quadro item 1 alíneas “d, e “e “ - Quadro item 3 alínea “f “.

Curitiba, 27 de julho de 200 7 Eng. Mário Luiz Oliani



5. LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

DADOS GERAIS		
LOCAL: Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa	SETOR: Núcleo Operacional	CARGA HORÁRIA: 08 horas/dia
CARGO: Administrador	FUNÇÃO ATUAL: Administrador	Nº DE TRABALHADORES: 01
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES		
- Faz o gerenciamento de todo o material administrativo, realiza protocolo, atende telefone e presta informações, realiza pedidos de compra de materiais, realiza orçamentos, certidão de antecedentes criminais, gerenciamento do setor de Recursos Humanos da Delegacia de Polícia Federal, entre outras atividades administrativas.		
DESCRIÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO		
LOCAL: O Administrador desenvolve suas atividades em toda a delegacia, porém, passa a maior parte da jornada laboral (habitual/permanente) em uma sala próxima ao local de armazenamento de explosivos, com as seguintes características físicas.		
ILUMINAÇÃO:	(X) NATURAL (X) ARTIFICIAL (X) FLUORESCENTE () INCANDESCENTE	
VENTILAÇÃO:	(X) NATURAL () ARTIFICIAL	
COBERTURA: Lage	ÁREA APROXIMADA: 12m ²	ESTRUTURA e DIVISÓRIAS: Alvenaria
PISO: Cerâmico	PÉ-DIREITO: aproximadamente 3m	CÉU ABERTO: () SIM (X) NÃO
RISCO: Acidente (explosão, queimadura ou morte).	AGENTE NOCIVO À SAÚDE: Explosivos e Munições	LIMITE DE TOLERÂNCIA E MEDIÇÃO: NA
ADICIONAL A SER CONCEDIDO: Periculosidade (10%)		
MEDIDAS CORRETIVAS: Providenciar identificação e um sistema de ventilação adequado para o depósito; realizar treinamento de combate a incêndio e evacuação de emergência; Manusear cuidadosamente os materiais;		

6. CONCLUSÃO

Em função dos levantamentos qualitativos realizados na Delegacia da Polícia Federal de Pontagrossa e com base nos parâmetros legais sobre o assunto, conclui-se que o adicional de periculosidade (10%) é devido ao servidor administrativo que exerce as suas atividades de forma Habitual/Permanente na área classificada como de risco devido ao armazenamento de explosivos.

Ponta Grossa, 14 de Agosto de 2010.

Rosana Aparecida dos Santos
Rosana Aparecida dos Santos
Técnica de Segurança
MTE-PR/001653.3

Vanderlei M. Tallini Jr.
Vanderlei M. Tallini Jr
Eng. Seg. do Trabalho
CREA-102693/D



LAUDO DE PERICULOSIDADE

1. DADOS DA EMPRESA

Além do combate ao tráfico de drogas, contrabando e descaminho, a Polícia Federal também trabalha no atendimento a estrangeiros; emissões e retiradas de passaportes; emissão de certidão de antecedentes criminais; obtenção e renovação de porte de arma de fogo e fiscalização em empresas de segurança privada, bancos e produtos químicos.

Razão Social: Delegacia de Polícia Federal de Ponta Grossa - PR

Endereço: Rua Carlos Oesternack, nº 316, Vila Estrela - Ponta Grossa - PR

Atividade Principal: Administração Pública Municipal

Horário de trabalho: Administrativo: das 08h às 17h 00min;

2. CONDIÇÕES DO LEVANTAMENTO

O presente laudo de periculosidade foi elaborado sob responsabilidade do Engenheiro de Segurança do Trabalho Vanderlei Mateus Tallini Junior, CREA-102695/D, servidor público chefe do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, com base na NR 16 - Atividades e Operações Perigosas e Orientação Normativa nº 2, de 19 fevereiro de 2010.

Os dados referentes às atividades exercidas pelo servidor, assim como, a identificação e caracterização da área de risco devido aos explosivos, foi realizado através de vistoria "in loco" no dia 11 de agosto de 2010.

3. DEPÓSITO DE EXPLOSIVOS, ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Todo o armamento, munição e explosivos utilizados pela Delegacia de Polícia Federal da regional de Ponta Grossa, ficam armazenados em uma sala no térreo, construída em alvenaria com aproximadamente 6 m², com sistema de ventilação deficiente e iluminação artificial e natural.

Neste depósito atualmente estão armazenados mais de 90kg de pólvora divididas entre os seguintes itens:

- 70 granadas com distintas finalidades (Efeito moral, Identificadora, Lacrimogênea, Luz e Som e Pimenta);
- Aproximadamente 10.000 munições para armas de diversos calibres (12mm, fuzil 5,56 e 9mm);

4. CARACTERIZAÇÃO DA PERICULOSIDADE (Base Legal)

A NR-16 Atividades e Operações Perigosas em seu Anexo I (Atividades e Operações Perigosas com Explosivos) prevê o pagamento do adicional de periculosidade de acordo com o item a, (no armazenamento de explosivos), a todos os trabalhadores envolvidos nesta atividade ou que permaneçam na área de risco.

Fica definido como área de risco a faixa de 160 m de acordo com o quadro 4 do anexo 1, para quantidades armazenadas de explosivos superiores a 90 quilos.